

ANO 8 | Nº 19 | EDIÇÃO QUADRIMESTRAL | MAIO, JUNHO, JULHO E AGOSTO DE 2017

Sintimmmmeb

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS,
MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE BRUSQUE



DiESE



REFORMA TRABALHISTA

**ADIVINHA QUEM VAI
PAGAR O 'PATO'?**



PALAVRA DO PRESIDENTE José Isaías Vechi

A legalização da ilegalidade

O desastre social foi legalizado. O que o Senado ratificou no dia 11 de junho, com a aprovação da reforma trabalhista, é um retrocesso sem igual. O que já não era o cenário ideal da legislação trabalhista agora está completamente destruído. É o equivalente a rasgar a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O texto aprovado pelo Congresso Nacional – Senado e Câmara – e proposto pelo ilegítimo e enlameado Governo de Michel Temer, ao contrário do que dizem os únicos beneficiados com a destruição da CLT, a classe empresarial, é absolutamente indecente.

Tanto é verdade que é inconstitucional, ou seja, vai contra a lei brasileira. Por exemplo, na prática da terceirização as empresas podem terceirizar qualquer atividade. Só que esse item viola a Constituição brasileira, que diz que todos são iguais perante a lei, porque institui remuneração diferente de trabalhadores que exercem a mesma função dentro da empresa. A reforma fere, ainda, o direito constitucional e da Declaração Universal de Direitos Humanos do trabalhador ao salário mínimo. A empresa poderá contratar um autônomo contínua e exclusivamente, onde ele ficará à disposição, à mercê do empregador, mas sem garantia alguma de um salário mínimo fixo. Além disso, as ajudas de custo, como auxílio alimentação, diárias para viagem e outros não são mais inclusos na remuneração.

Entre tantas outras ilegalidades, está a pior delas: o negociado sobre o legislado. Significa que os acordos ou convenções coletivas

vão valer mais que a lei, mesmo quando esse acordo diminui o que a lei garante, o que não acontecia. Pra exemplificar, representantes mal intencionados ou os ‘pau mandados’ que existem dentro de toda empresa, que são disfarçados de ‘defensores’, poderão fazer acordos com os empregadores que não favorecem em nada aos trabalhadores, como o aumento da jornada de trabalho acima das 8 horas que a CLT permite hoje, sem pagamento de horas extras. Isso é um absurdo! A Constituição de 1988 garante às Convenções Coletivas conquistarem benefícios e ampliarem direitos previstos em lei. O que acontecerá na prática é exatamente o contrário.

Existem ainda muitos outros pontos ilegais que os nobres deputados e senadores legalizaram, como flexibilização de jornada, redução das horas de descanso, limitação do acesso à Justiça do Trabalho, diminuição da segurança e saúde do trabalhador, pois isenta a responsabilidade das empresas aos riscos inerentes da atividade profissional exercida e outros. Isso não é retirar direitos? Pense bem, trabalhador! Pode vir de um Governo e de uma classe política que possui, em sua quase totalidade, representantes do capital e da classe empresarial, servir os interesses da classe trabalhadora? É claro que não.

Por isso, o argumento de modernização, de geração de empregos é uma grande falcatura. Foi a tática, e deu certo, de justificar o injustificável, de legalizar, o que pela Constituição Brasileira, é ilegal. Os 14 milhões de desempregados

no país não precisam de restrição de direitos. Precisam de investimento em Educação, de fomento à Economia, de vontade política, de proteção trabalhista, garantia de direitos. Tudo que os trabalhadores não necessitam é de conchavos, negociatas em favor de uma minoria dominante que nada no dinheiro sujo de propinas e favores escusos, que surfa na onda do ‘sucesso’ enganoso de empresários desonestos, às custas do suor e sangue dos trabalhadores honrados. Se encontram às escondidas em residência oficial, na calada da noite, das malas de dinheiro escondido, de agentes públicos sem a mínima envergadura moral, a fim de perpetuar o poder que não é deles e sim do povo brasileiro.

Em 2017, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Brusque completou 50 anos de lutas, conquistas, benefícios, defesa dos trabalhadores em todas as esferas, no campo jurídico, trabalhista, social. Não houve comemoração por motivos óbvios - o desastre social que se iniciou com aprovação da reforma e com o cenário político e econômico vergonhoso que se apresenta no Brasil. Nós saímos às ruas, protestamos, fizemos campanhas, buscamos alertar os trabalhadores, gritamos à sociedade a real intenção das reformas. Mas os poderosos, os donos do capital e os políticos ignoraram. Só que não somos homens de desistir. Estamos mais fortes e motivados do que nunca, porque a classe trabalhadora jamais fugiu à luta, jamais fugirá à batalha por uma sociedade mais justa e igualitária e por uma democracia mais humana e plural.



'Destruir os direitos do povo é destruir a própria soberania'

Reforma trabalhista escancara a real intenção do Governo de beneficiar uma minoria privilegiada do Brasil – a classe política e os grandes conglomerados empresariais e promover, ainda mais, o abismo social de um país desigual

Crise, assalto aos direitos sociais e trabalhistas e a reação dos trabalhadores- Esse foi o tema do encontro “Café com Conjuntura”, que foi realizado no auditório da sede administrativa do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Brusque no dia 4 de julho. Já com o possível cenário previsto, o tema foi debatido por lideranças da região sobre impactos negativos das mudanças na legislação trabalhista e da Previdência. A palestra foi ministrada pelo economista e Supervisor Técnico do DIEESE-SC (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos de Santa Catarina), José Álvaro Cardoso, e abordou a precarização das relações de trabalho e destruição das garantias previstas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) no texto da reforma trabalhista.

“Estamos em um sistema de crise mundial do sistema capitalista, uma crise brasileira que é inédita. O IBGE jamais havia registrado até então três anos de

recessão, cujo desdobramento ninguém pode prever. E o que estamos presenciando é um Governo que quer acabar com o Estado brasileiro, com os direitos sociais, colocar os direitos trabalhistas ao nível do século 19. Evidentemente os sindicalistas, a juventude, os setores sociais mais conscientes não vão aceitar a destruição do país. Porque destruir os direitos do povo é destruir a própria soberania nacional. Porém, considerando a qualidade do povo brasileiro, passados esses períodos turbulentos, ocuparemos o lugar que o nosso país merece”, resumiu Cardoso.

O presidente do Sintimmmeb, José Isaiás Vechi, chama a atenção dos trabalhadores e trabalhadoras sobre o que está envolvido e para a real intenção da classe política com as reformas e o desastre social provocado pelas mudanças para todos os brasileiros. “Serão mais horas de trabalho, serão salários menores do que já são, são garantias que hoje os trabalhadores ainda

possuem, graças à CLT, é o direito de uma aposentadoria, que ainda não é o ideal e que, ainda assim, a reforma quer limitar e diminuir e muitos outros direitos que estão em jogo. Estamos há mais de um ano alertando os trabalhadores, com manifestações, informativos, campanhas para despertar a sociedade do desastre social que as reformas querem promover”, enfatizou Vechi.

O vice presidente do Sintimmmeb, Eduardo de Souza, também enfatizou a gravidade do cenário. “Sabemos o que podemos esperar de uma classe política que não está nem um pouco interessada em atender os interesses da classe trabalhadora. O retrocesso é gigantesco. Quem duvida que os que estão lá no Congresso Nacional olham somente para o próprio umbigo? Não é difícil analisar e avaliar a quem essas reformas beneficiam e a quem elas prejudicam. Fica evidente que quem vai arcar com as consequências disso tudo é o trabalhador”, disse.



Capture o código
e veja o vídeo no
SintimmmebTV





SINTIMMED
saúde

Cuidando da saúde da família metalúrgica

ANVISA Nº 41985-1 Diretor Técnico Responsável: Eugênio José Paiva Maciel – CRM/SC 6135

Sintimmed Saúde apresenta dados de prestação de contas

Em assembleia realizada no mês de maio no sindicato, empresa de contabilidade especializada em planos de saúde atestou superávit de 3% nas contas

A Caixa de Assistência à Saúde dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Brusque (Sintimmed Saúde | Registro ANS | nº 41985-1) realizou, no dia 3 de maio, a Assembleia Geral Ordinária, de prestação de contas referente a 2015/2016. A reunião foi feita em dois horários, às 9 e 18 horas, para possibilitar que o maior número de beneficiários pudessem comparecer.

Os dados das contas foram explanados pelo assessor contábil André Barcik, da Sallus Contabilidade, de Curitiba (PR), empresa especializada em contabilidade de planos de saúde. Na apresentação, foram expostas as receitas e despesas relacionadas à Sintimmed Saúde. No que se refere às utilizações dos trabalhadores da categoria e seus dependentes beneficiários, houve superávit de 3% entre arrecadação e os pagamentos realizados a médicos e clínicas credenciadas que prestaram serviços ao plano e aos trabalhadores.

Dentre os serviços utilizados estão consultas em todas as especialidades oferecidas (ginecologistas, clínicos gerais, pediatras, urologis-

tas, oftalmologistas, ortopedistas, hospitais, nutricionistas, cardiologistas e outros), exames como tomografias, ressonâncias magnéticas, ultrassonografias, raios-x, exames de sangue e os demais exames cobertos, além do pronto atendimento, como as dos hospitais Azambuja e Dom Joaquim, em Brusque, hospitais Dia do

“Seguiremos trabalhando para otimizar nosso fluxo e para que o atendimento, os serviços e a saúde dos trabalhadores sejam sempre as prioridades.

Pulmão e Santo Antônio, em Blumenau e Hospital Perpétuo Socorro, em Gaspar, além dos demais procedimentos ambulatoriais previstos na cobertura da rede credenciada.

Além dessas despesas, desde 2015, a Sintimmed Saúde também teve custos com a estruturação do plano de saúde, que obedeceu

todas as exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Entre elas, estão os serviços de consultoria, contabilidade e auditoria especializadas, impostos federais, materiais gráficos, despesas administrativas, Peona (Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados – fundo garantidor exigido pela ANS), software/sistema de informática responsável pela operacionalização do plano e da comunicação de dados entre profissionais, clínicas, beneficiários e a Sintimmed Saúde, dentre outros.

“Desde aprovada em assembleia pelos associados, em 2014, a constituição da empresa de auto-gestão Sintimmed Saúde, a nossa preocupação sempre foi operar de forma responsável, transparente e sustentável administrativa e financeiramente. E claro, atender os trabalhadores e proporcionar saúde de qualidade aos beneficiários. Os números da prestação de contas atestam esse compromisso. Seguiremos trabalhando para otimizar nosso fluxo e para que o atendimento, os serviços e saúde dos trabalhadores sejam sempre as prioridades”, comentou o presidente da Sintimmed Saúde, Eduardo de Souza.

EXPEDIENTE

JORNAL INFORMATIVO QUADRIMESTRAL

SINTIMMED | Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Brusque

Endereço: Rua João Bauer, nº 75, Centro | Telefone/Fax: 3251-5900 | E-mail: sintimmed@terra.com.br

Site: www.sintimmed.com.br | Tiragem: 5 mil exemplares | Páginas: 8 | Jornalista Responsável: Thiago Andrade | Mtb 3755SC



facebook.com/sintimmed



youtube.com/sintimmedbrusque



flickr.com/sintimmed

Trabalhadores assumirão comando do Conselho do Trabalho e Emprego de SC



Indicado pela bancada dos trabalhadores, o secretário geral e de saúde e segurança do trabalho do Sintimmmeb, Jorge Luiz Putsch, assumirá a partir de 8 de agosto presidência da CETE-SC

O secretário geral do Sintimmmeb, Jorge Luiz Putsch, foi indicado pela bancada trabalhista, formada por representantes das Centrais Sindicais e Federações de Trabalhadores, da CETE-SC (Conselho Estadual do Trabalho e Emprego de SC) e aprovado pelos demais conselheiros como presidente da entidade, em reunião realizada em Florianópolis, no dia 27 de junho. A função será exercida pelos próximos dois anos e a posse ocorrerá no dia 8 de agosto.

“É uma função de muita responsabilidade e com certeza teremos muito trabalho nesses dois anos de atividades. Nosso objetivo sempre será defender os interesses da

classe trabalhadora, mobilizando, orientando e viabilizando ações que visam o melhor para o sistema do emprego no Estado. Mas também será promover o diálogo entre os setores que compõem a CETE: o Governo, empregadores e trabalhadores. Vamos buscar sempre garantir as melhores políticas públicas para o setor”, disse Jorge Luiz Putsch.

O Conselho Estadual do Trabalho e Emprego tem o objetivo de organizar, elaborar e orientar políticas públicas relacionadas ao setor que beneficie o sistema de emprego em Santa Catarina, como capacitações, planejamento e funções de controle das ações de interesse das relações de trabalho.

Entre as atribuições do CETE estão orientar as atividades do Governo, como cobrar a fiscalização para prevenção dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, aprovar diretrizes e os programas implantados pelo Sistema Nacional de Emprego – SINE, acompanhar as atuações direcionadas à expansão do mercado de trabalho, incentivar medidas que visam a qualificação de mão de obra e a geração de emprego, dentre outros. O Conselho Estadual de Trabalho e Emprego é uma entidade tripartite, ou seja, é formada por membros de entidades do Governo, dos trabalhadores (Centrais, Federações e sindicatos), instituições empresariais e da educação, como universidades.

Campeonato de bocha inicia com 36 equipes

No dia 9 de julho iniciaram as disputas da 9ª edição do Campeonato de Bocha do Sintimmmeb 2017. No total, 36 equipes no naipe masculino se inscreveram. Na primeira fase são 12 grupos compostos por três equipes cada, onde os dois melhores avançam à fase seguinte, em sistema de todos contra todos.

Já na segunda fase são oito chaves com três equipes, onde segue no campeonato somente o primeiro de cada grupo, afunilando ainda mais as disputas. Em seguida, restam apenas oito times, que competem por quatro vagas nas semifinais. A grande final ocorrerá no dia 26 de novembro, nas canchas da sede recreativa do

Sintimmmeb, em Guabiruba. Os jogos ocorrem sempre aos domingos, a partir das 9 horas. Os interessados em saber mais sobre a tabela e os resultados das partidas podem acessar o endereço do sindicato na internet através do www.sintimmmeb.com.br. Lá é possível baixar os arquivos com a tabela completa e os resultados.



Metalúrgicos foram às ruas!

No semestre foram diversas ações, atos públicos e campanhas contra as reformas trabalhista e da Previdência, com objetivo de alertar os trabalhadores de como as mudanças vão piorar a vida dos brasileiros

Os Metalúrgicos de Brusque e os onze sindicatos que compõem o Fórum Sindical de Trabalhadores de Brusque realizaram, no dia 28 de abril, uma grande manifestação contra as reformas trabalhista e da Previdência. O ato unificado fez parte de uma mobilização nacional, de paralisações e greves, realizadas em diversas capitais brasileiras e centenas de outras cidades. As movimentações em Brusque iniciaram bem cedo, às 4 horas da manhã no terminal de ônibus do município. Por volta das 9 horas, os manifestantes caminharam pelas ruas do Centro e, em seguida, entraram nos bancos Bradesco e Caixa Econômica Federal, onde o atendimento foi paralisado por meia hora. De tarde, cerca de 300 trabalhadores realizaram uma passeata pelas ruas do Centro, entre elas, a mais movimentada da cidade, a Avenida Cônsul Carlos Renaux. Após cerca de uma hora de passeata, a mobilização encerrou na Praça Gilberto Colzani.

“A nossa luta é pelo direito de todos os trabalhadores brasileiros. Buscamos chamar a atenção dos políticos. Mas na sua grande maioria, eles não estão interessados nas necessidades da classe

trabalhadora. Ao contrário. As votações no Congresso escancararam de que lado a classe política está. Aprovam somente o que é conveniente ao capital, aos ambiciosos. E, aos trabalhadores, restam as migalhas de uma legislação, agora, ainda mais esfacelada. Vamos resistir, não desistiremos. Lutaremos para que os brasileiros não tenham seus direitos dizimados dessa forma”, expressou o presidente do Sintimmed, José Isaías Vechi.

O Governo argumenta que a Previdência dá prejuízo. Porém, dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal atestam que, em 2015, por exemplo, a Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social) fechou em R\$ 23 bilhões positivos. Além disso, com a DRU (Desvinculação de Receitas da União), 30% da receita do setor é destinada a pagar os juros da dívida pública. No ano passado, de acordo com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a dívida das empresas com a Previdência chegou a R\$ 400 bilhões. Entre as principais devedoras está a JBS, segunda maior empresa de alimentos do mundo e a Caixa Econômica Federal.

Ato público 15 de março

No dia 15 de março, os Metalúrgicos de Brusque e os sindicatos do Fórum realizaram outro ato público. A manifestação ocorreu na Praça Gilberto Colzani (ao lado do terminal urbano de Brusque). As lideranças sindicais discursaram sobre os pontos das reformas e expuseram os malefícios das mudanças para os trabalhadores. Cerca de 200 pessoas participaram.

“As votações no Congresso escancararam de que lado a classe política está. E, aos trabalhadores, restam as migalhas de uma legislação esfacelada. Vamos resistir, não desistiremos. Lutaremos para que os brasileiros não tenham seus direitos dizimados.”



Em Brasília

No dia 24 de maio, mais uma vez os Metalúrgicos de Brusque voltaram às ruas para se manifestar. Dessa vez, na capital federal, no movimento Ocupa Brasília, organizado pelas Centrais Sindicais, em frente ao Congresso Nacional. De acordo com os organizadores, 100 mil pessoas participaram. A mobilização foi contra as reformas trabalhista e da Previdência e pediu, ainda, a renúncia do presidente Michel Temer, além da exigência por eleições diretas para presidente.

No início da manhã, cada Central organizou um ponto de concentração nos arredores da Explanada dos Ministérios. Em seguida, a pé, foi realizada uma marcha até o Congresso Nacional, onde todos se juntaram para completar o ato em frente ao Congresso. De Brusque, um ônibus com cerca de 40 dirigentes sindicais se deslocou até a capital do país para integrar o ato. O vice-presidente do Sintimmeb, Eduardo de Souza, ressaltou a incapacidade do Governo diante dos graves indícios de corrupção de agentes públicos ligados diretamente ao gabinete do Palácio do Planalto e do próprio Presidente da República,

Michel Temer. Em seis meses, três assessores especiais da presidência foram envolvidos em denúncias e escândalos de corrupção.

“Está claro que essas reformas obedecem a interesses puramente privados. Um Governo afundado em denúncias de corrupção, da desfaçatez de conversas comprometedoras, na calada da noite, no porão da residência oficial, onde um presidente é formalmente denunciado pela Procuradoria Geral da República por corrupção, não tem legitimidade, não tem um fio de credibilidade para propor reforma alguma. Esses fatos só reforçam de uma maneira mais ampla o que já constatamos há muito tempo: o Governo esconde e distorce fatos, usa meios públicos para interesses particulares, a fim de enganar a população. Nosso dever é escancarar a insatisfação dos brasileiros e expor a verdadeira face obscura dessas reformas destrutivas”, frisou Eduardo de Souza.

Houve, durante a manifestação, que ocorria até então pacificamente, ação violenta e o uso de força desproporcional da Polícia Militar, que fazia um cordão de isolamento no Congresso. Apesar

do uso de força desmedida das forças policiais, a manifestação seguiu até o início da noite.

Em Navegantes


Um mês após a ida à Brasília, os metalúrgicos participaram de outro protesto, no dia 30 de junho, em Navegantes. Por volta das 5h30, o grupo com cerca de 300 pessoas interrompeu por aproximadamente uma hora o tráfego no trecho de Navegantes da BR 470. A Polícia Militar chegou ao local e tentou dispersar o protesto com uso de violência.


Após negociação com a Polícia, o trânsito foi liberado e os manifestantes se dirigiram em passeata até a BR 101. Às 8 horas, o trânsito na rodovia federal ficou parado por cerca de 30 minutos. Novamente, a Polícia Militar atacou as pessoas que protestavam pacificamente com balas de borracha, bombas e gás de pimenta. As manifestações ocorreram em todo país, organizadas pelas Centrais, Federações e Movimentos Sociais. Em Santa Catarina, as mobilizações foram regionalizadas, como as que aconteceram nas regiões de Blumenau, Florianópolis e também Chapecó.




O que não te contaram sobre a reforma trabalhista


COMO É HOJE POR LEI:


 Direitos Trabalhistas são garantidos por lei (CLT).

 Banco de horas de máximo 1 ano, com respeito aos limites de jornada (8h dia e 44h/semana).


 Salário inferior ao mínimo apenas para quem trabalha até 25 horas por semana.


 Férias anuais concedidas normalmente em um só período de trinta dias.

 Trabalhador recebe salário pelas horas que passa em deslocamento para a empresa quando esta fica em local de difícil acesso.


 Jornada de trabalho limitada a 8 horas diárias, 44 horas semanais e 220 horas mensais.

 Trabalho remoto segue as mesmas regras do realizado na empresa: salários, jornada, descanso etc.


 Empresas com mais de 10 trabalhadores devem garantir o registro de ponto para evitar excesso de jornada e permitir a fiscalização pela Fiscalização do Trabalho.

 A anulação de cláusulas de negociações coletivas não pode prejudicar os trabalhadores pelas situações passadas.

COMO FICA COM A REFORMA TRABALHISTA:

 Abre a possibilidade para que negociações entre trabalhadores e empresas rebaixem a Legislação.


 Banco de horas pode durar indefinidamente e sem respeitar qualquer limite de jornada.

 Salário inferior ao mínimo para quem trabalha até 30 horas por semana.


 Férias anuais em até três períodos, com remuneração também proporcional.

 Permite o fim do pagamento das horas gastas no transporte até a empresa.

 Jornada de trabalho diária de zero até 12 horas.

 Possibilita o trabalho remoto sem garantias.

 Possibilita o fim do registro de ponto.

 A anulação de acordos e convenções gera prejuízo aos trabalhadores, que terão de pagar aos patrões os supostos benefícios recebidos.

OUTROS PONTOS DANOSOS AO TRABALHADOR COM AS NOVAS REGRAS

Trabalho Intermitente: trabalhador terá que estar disponível à hora que o patrão quiser.

Fim da Homologação nos sindicatos: o trabalhador dispensado não mais fará sua homologação no Sindicato e sim na própria empresa. É o mesmo que colocar a raposa para tomar conta dos ovos!

Acordo individual entre empresários e trabalhadores sem a participação dos Sindicatos: a empresa poderá pressionar o trabalhador a aceitar condições salariais e até mesmo de trabalho prejudiciais.

Eleição na empresa de representantes dos trabalhadores sem o acompanhamento dos sindicatos: o patrão poderá indicar o representante de sua confiança que irá negociar em nome dos trabalhadores

